

(CON)TRADIÇÕES DO DISCURSO DE INVENÇÃO DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Paulo Jorge Martins Nunes¹

Carla Soares Pereira²

José Maria Damasceno Ferreira³

Resumo:

Este artigo trata da construção de tradições por meio do discurso, as quais contribuem para a formação identitária de sujeitos históricos. Nosso objetivo é problematizar a invenção de tradições no Estado do Acre, relacionando e confrontando as versões elaboradas pela historiografia e os enunciados produzidos pelos agentes políticos do Estado. Na análise desse tema, Hobsbawm (2006) é citado por abordar a questão da invenção das tradições; Halbwachs (2006) e Pollak (1989), as memórias coletivas e sociais, bem como a formação de comunidades e tradições derivadas dessa categoria; Bakhtin (2003), a construção de enunciados discursivos e Ranzi (2008), as raízes sociais da formação do Acre. Por fim, citam-se exemplos concretos para explicar os processos que influenciam a constituição de um discurso massificado sobre uma das tantas Amazôniaas que existem: a acreana.

Palavras-chave: Tradição. Discurso. Invenção. Amazônia. Acre.

1 DAS ORIGENS

O Estado do Acre situa-se na Amazônia brasileira sul-ocidental. A história da anexação de seu território ao Brasil vincula-se ao fenômeno econômico de exploração da borracha amazônica a partir da segunda metade do século XIX. Este artigo analisa como o discurso do mito fundador do Acre fomentou a instituição de uma tradição e, conseqüentemente, a construção de identidades sociais.

Para analisarmos esse discurso que inventou uma tradição acreana, é preciso observar o contexto histórico que engendrou o sujeito social na teia de enunciados discursivos, para, ao final, compreender como o campo de poder discursivo repercute até a atualidade naquele Estado. Desse modo, vamos às origens.

¹ Doutor em Letras, Literaturas de Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor titular da Universidade da Amazônia, Belém, PA, Brasil. E-mail: pontedogalo3@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia, Belém, PA. Professora de Língua portuguesa do Comando da Aeronáutica em Belém, Belém, PA, Brasil. E-mail: carlasp21@hotmail.com

³ Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura, pela Universidade da Amazônia, Belém, PA. Professor de Língua Portuguesa na Secretaria de Educação do Estado do Pará e da Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico do Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica lotado na Escola Tenente Rêgo Barros em Belém, PA, Brasil. E-mail: zema_damasceno@hotmail.com

Para se falar da constituição de uma sociedade, deve-se levar em conta o elemento humano que a compõe, já que é nela que se encontra o cerne das práticas socioculturais. Dessa forma, para dizer um pouco sobre a sociedade acreana, buscando construir um saber acerca do amazônida brasileiro, Ranzi (2008) aponta a presença de indígenas, nordestinos, negros e sírio-libaneses na formação sociocultural do Acre, desde o século XIX.

Segundo essa historiadora, presença marcante na Amazônia foi a dos indígenas, os quais tiveram participação decisiva na constituição étnica do acreano. Além disso, o processo de ocupação das terras do Acre pelos nordestinos permite entrever que muitas práticas culturais indígenas foram traduzidas pelo seringueiro como forma de sobreviver ante as dificuldades do espaço geográfico. Dentre elas, Ranzi (2008, p. 91) cita a extração dos produtos da flora, o respeito pelo sobrenatural e algumas técnicas de trabalho que possibilitaram o êxito da economia gomífera na mata amazônica na virada do século XIX para o XX.



Figura 1 – “Homem defumando”, pintura de Hélio Melo⁴.

Disponível em <<http://almaacreana.blogspot.com.br/2009/10/helio-melo-arte-imita-vida.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

Ranzi (2008) leva-nos a concluir que o indígena desempenhou papel fundamental durante o processo de formação territorial, histórica, política, social e também cultural do Acre. No entanto, ainda subsiste um silêncio que promove o apagamento do indígena da memória social, prática que contrasta com o movimento contemporâneo de valorização das culturas ancestrais.

Por isso, é preciso repensar a história da atuação indígena na construção do Acre, que se cristalizou em parte da historiografia clássica como conflituosa, na disputa pela terra com seringalistas e seringueiros e que praticamente desaparece

⁴ Hélio Melo (1926-2001) foi um dos maiores artistas plásticos acreanos. Autodidata, nascido e criado em um seringal, era também compositor, músico e escritor. Seus quadros geralmente representam o cotidiano do homem da floresta e inicialmente eram pintados com pigmentos naturais.

quando se trata da participação efetiva do indígena nos dois surtos⁵ da borracha na Amazônia, em detrimento do que afirma Ranzi (2008).

Dessa forma, a reinvenção de uma memória histórica (HALBWACHS, 2006) capaz de aprofundar os saberes, detalhando os episódios históricos acerca dessa presença indígena nos processos econômicos na Amazônia Sul-ocidental, é uma forma de perseguir os rastros de memória social do indígena na constituição da região, a qual foi paulatina e propositalmente apagada, sobretudo pelos atores políticos que atualmente fundam tradições hegemônicas no Estado.

A historiografia aponta a ocorrência da seca de 1877, a crise na produção algodoeira no Nordeste, bem como a política de incentivos governamentais, visando à transferência de trabalhadores para a produção de borracha, como fatores que contribuíram para a migração nordestina em direção às terras do Acre.

Nessas circunstâncias, os primeiros seringueiros não levaram família para o Acre, visto que não iam para lá com o fim de estabelecer residência, como afirma Ranzi (2008, p.127): “A maioria dos homens que formaram o Acre tinha em mente a temporalidade de permanência”, isto é, achava que ficaria pouco tempo na localidade. Assim, não havia um sentimento de pertença que ligasse aqueles trabalhadores ao lugar, o objetivo mais comum era juntar dinheiro e voltar à terra natal.

Por outro lado, tal expectativa dificilmente se concretizava, pois “o sistema de extrativismo gomífero não representou a libertação, mas muito mais escravidão do nordestino a um sistema de dependência que o deixou alienado e cativo aos limites do seringal” (RANZI, 2008, p. 129). Instaurava-se, então, um desafio premente: assimilar uma massa heterogênea de pessoas que eram acreanas não por nascimento, mas por força da imigração. E mais: os acreanos tinham de ser construídos e, para isso, era necessário que a historiografia trilhasse esse percurso. Era preciso inventar uma tradição.

⁵ De acordo com o historiador Almeida Neto (2004, p. 30), convencionou-se chamar de “primeiro surto” o período de intensa produção de borracha do final do século XIX a 1912 e o “segundo surto”, aquele correspondente ao período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).



Figura 2 – Seringal Bagé.

Fonte: Iconografia e texto originalmente publicados em “Álbum do Rio Acre: 1906-1907”, de Emílio Falcão. Disponível em: <<http://almaacreana.blogspot.com.br/2012/02/era-dos-seringais.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

“BAGÉ – seringal situado na margem esquerda [do rio Acre], propriedade do Coronel Pergentino Eucrasio Ferreira. Pode produzir 100.000 quilos de borracha. Tem um belo campo, bonito laranjal e outras árvores frutíferas”.

2 DAS (CON)TRADIÇÕES

A propósito da invenção de tradições, quando descortina a história da tradicional indumentária escocesa, Hobsbawm (2006, p. 9) diz o seguinte:

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

Por conseguinte, o termo ora usado designa certas práticas sociais institucionalizadas no Acre – seja pela historiografia, seja pelo poder político – sobretudo por meio do Partido dos Trabalhadores (PT/AC), que assumiu o governo do Estado desde 1999 e permanece na situação até a atualidade.

Para Hobsbawm (2006), as funções e justificativas das tradições inventadas são ideológicas. O autor define-as como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

No decurso da história do Acre, percebe-se uma tentativa, até certo ponto bem sucedida, de promover um apagamento das vozes do indígena dos principais

acontecimentos históricos que envolvem a economia, a política e a cultura da região. Esse esquecimento ocorre à proporção que o nativo assume uma imagem exótica perante o restante do Brasil.

Assim, no bojo da construção da identidade da Amazônia acreana, apresenta-se um indígena que aparentemente pouco legado deixou e que atualmente vive à margem da sociedade, exemplo disso é a situação de mendicância de muitos indígenas em contato permanente com a cidade – os quais são vistos pelo centro da capital Rio Branco, sentados nas calçadas, com a mão estendida pedindo dinheiro –, rejeitados pela população e pelos poderes públicos e destituídos de uma marca identitária que os una ao significado de pertencer à nação acreana.

Entretanto, uma tradição era necessária e, para fomentá-la, dever-se-ia eleger um símbolo nacional, capaz de incutir nos sujeitos sociais uma noção de pertencimento e investi-los do sentimento de orgulho pelo herói nacional.

Nesse processo de invenção da tradição acreana, o indígena teve seu espaço suprimido pelas elites dominantes e, por isso, não foi representado como mito fundador, tampouco o foi da maneira como ele próprio concebe suas identidades sociais e culturais. Essa condição poderia sofrer reversão caso fosse dado espaço à memória discursiva dessas sociedades, cujas marcas estão imbricadas nas demais culturas formadoras das identidades acreanas, já que, de acordo com Halbwachs (2006), os sentimentos, as ideias que julgamos como inerentes ao indivíduo certamente têm suas bases nos grupos sociais de que esses sujeitos participam.

Nos encontros de memórias, é fácil ocorrer o processo de dominação, porque o outro poderá se apresentar em condições superiores de poder, como fica bem evidente nesse caso em que a figura indígena foi progressivamente apagada da memória cultural com o aval do desprestígio social que já carregava: no final da década de 1980, quando os indígenas passavam em grupos pelos bairros periféricos de Rio Branco, as mães orientavam os filhos a fechar a casa e retirar a roupa do varal, porque, segundo elas, “índio rouba mesmo, leva tudo, até criança que não se comporta!”. Aliás, essa visão do “índio ladrão” possivelmente derivava das trocas de experiência entre indígenas e moradores de cidades interioranas do Acre ou mesmo de seringais, já que essa comunidade formou a periferia rio-branquense.

Para Hobsbawm (2006), a invenção da tradição deixa seus rastros, porém não é fácil persegui-los ou identificá-los. Contudo, para esse caso específico do

“esquecimento” do elemento humano nativo, poder-se-ia pensar que, à exceção de pelo menos três (Xapuri, Tarauacá, Bujari), dentre mais de vinte, não há quaisquer outras referências de municípios acreanos nomeados em língua indígena. E essa prática se reafirma em nomes de seringais, escolas, hospitais, bairros, ruas, centros culturais, bosques, parques, praças, enfim, monumentos simbólicos de afirmação da tradição.

Esse fato da invisibilidade do indígena acreano remete à teoria de Halbwachs (2006), segundo a qual é preciso haver muitos pontos de contato entre uma e outras memórias para que a lembrança possa ser reconstruída sobre um fundamento. Entende-se que a ausência de tais pontos dá lugar às lacunas, que são preenchidas pelo esquecimento. Desse modo, praticamente não há imagens simbólicas que testemunhem (ou evoquem) a construção de uma imagem memorial do passado vinculada ao indígena, o que, conforme Halbwachs (2006), é condição para a formação da memória coletiva.

Nesse diapasão, os indígenas tornaram-se sujeitos de “memórias subterrâneas” ou “clandestinas”, termos empregados por Pollak (1989, p. 3) para se referir àquelas memórias que fazem parte de “culturas minoritárias e dominadas” e que, portanto, representam grupos excluídos, os quais foram obrigados a ficar em silêncio, já que não tinham vez nem voz.

Construiu-se, assim, uma imagem do indígena em condição de sub-humanidade, à proporção que a figura esquelética do seringueiro ganhou *status* de herói, principalmente com a morte do líder sindical Chico Mendes, na década de 1980. Contudo, para isso houve todo um processo de conformação ideológica que durou décadas e que começou bem antes desse fato. O certo é que, aos poucos, na constituição e veiculação dos discursos do poder, os seringueiros passaram a ser considerados, para citar um enunciado do discurso petista, os “heróis anônimos da Revolução Acreana”⁶.

⁶ Esse enunciado atravessa o discurso dos políticos do PT/AC. Numa situação concreta, o deputado Nilson Mourão, por ocasião da comemoração do centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903-2003), pronunciou um discurso em que, por duas vezes, faz alusão ao referido enunciado, denominando os seringueiros como “heróis anônimos” daquela revolução. Esse texto está disponível na íntegra no sítio: < www.camara.gov.br/sileg/integras/180756.doc >, acessado em: 19 out. 2016.



Figura 3 – Réplica da casa do seringueiro.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores. Parque Ambiental Chico Mendes. Rio Branco/AC, 2012.

No interior dessa construção simbólica, engendrada principalmente pelos atores da política estatal, o gaúcho Plácido de Castro – que emprestou o nome a município, praça, aeroporto, escola, teatro –, cuja estátua em posição de batalha se impunha numa praça central da cidade de Rio Branco, iria dividir as honrarias (e créditos) da chamada “Revolução Acreana” (*Guerra del Acre*, em espanhol): disputa entre Brasil e Bolívia pelas terras acreanas, na virada do século XIX para o XX, em que o Brasil conseguiu a posse do território, depois de alguns anos de conflito, por meio de acertos financeiros e tratados diplomáticos com Bolívia e Peru.

Cristalizar esse evento como “Revolução” é mais uma das tradições inventadas no Acre, uma vez que o uso do termo torna tudo mais grandioso e dá autenticidade ao processo de conquista das terras bolivianas, em nome do favorecimento da economia brasileira diante do mercado industrial internacional em que cada vez mais se valorizava o preço da goma elástica, até então só produzida nos seringais amazônicos, sobretudo na região acreana, nos idos da segunda metade do século XIX.

Passada a economia da borracha, que perdurou até meados do século XX, do seringueiro reinventado restou a casa de Chico Mendes, em Xapuri, aberta atualmente ao público para visitação, e alguns outros espaços de turismo, onde se veem vários objetos relacionados ao trabalho do seringueiro. Um deles é o Parque Ambiental Chico Mendes, localizado em Rio Branco, espaço de preservação de animais selvagens e plantas nativas, onde há totens de seres da encantaria

amazônica e uma réplica da casa do seringueiro e da casa de defumação da borracha.



Figura 4 – Totem do Mapinguari.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores. Parque Ambiental Chico Mendes. Rio Branco/AC, 2012.

À medida que a profissão de extrair látex entra em decadência, no decorrer do século XX, começa a ocorrer o processo de sublimação do seringueiro. Essa transição remete-nos à teoria de Hobsbawm (2006, p. 12), a qual afirma que “os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático”. Na prática, uma série de espaços públicos surgiu com o nome de “Chico Mendes” e a causa ia desde a conscientização crítica, bandeira hasteada internacionalmente, relacionada à preservação do meio ambiente e à luta pela terra, até a piada, de bandeirola nacional, quando o programa de humor “Casseta e Planeta”, da Rede Globo de televisão, brincava com a causa seringueira no Acre, fazendo trocadilhos irônico-jocosos.



Figura 5 – Réplica da casa de defumação da borracha.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores. Parque Ambiental Chico Mendes. Rio Branco/AC, 2012.

O mesmo processo de sublimação simbólica também aconteceu com outro objeto hoje símbolo da “Revolução” Acreana: a espada de Plácido de Castro, por ocasião da data comemorativa do centenário da “Revolução” (1903-2003), época em que houve a invenção de uma cerimônia pública durante a qual personalidades acreanas de destaque local, nacional ou internacional foram premiadas pelo governo

do Estado com uma réplica da referida espada. Nesse caso, o rito aparece no papel de reafirmador do mito; e a cerimônia, como fortalecedora de uma tradição.

Acrescente-se que Hobsbawm e Ranger (2006) discutem em seus textos a questão de que a instituição de feriados e símbolos oficiais públicos são, muitas vezes, formas aparentemente comuns de (rea)firmar uma tradição. Estes funcionam como mecanismos de reavivamento de uma memória coletiva instituída: a marca do feriado estadual acreano no dia seis de agosto, em comemoração ao início da “Revolução”, é exemplo disso.

Já os símbolos oficiais públicos são inúmeros: desde o logotipo do governo, que repetidamente reforça o signo da *Floresta*, quer na construção imagética quer no enunciado verbal escrito dos *slogans* ou ainda na nomeação de espaços públicos – Governo da Floresta, Povos da Floresta, Ações Governamentais da Florestania, Floresta Digital, Biblioteca da Floresta, Arena da Floresta – até a reinvenção de uma parte histórica da cidade: a entrada do Segundo Distrito, reformada com características de centro turístico. Nesse mesmo local, ao redor da única árvore centenária – a gameleira – o governo também propôs um retorno ao passado glorioso, ao promover durante anos a festa de “carnaval como antigamente”, que hoje é o tradicional “carnaval da gameleira”.

À margem direita do rio Acre, várias estátuas gigantes de bronze foram erguidas há poucos anos, como memorial dos “eleitos” heróis anônimos; próximo dali, em uma praça, um totem de Chico Mendes; mais acima, nas proximidades do Palácio do Governo, uma fonte luminosa antiga foi restaurada e o térreo do Palácio passou a funcionar como um museu histórico de visitação, contando, inclusive, com acervo sonoro de escritores acreanos. Com isso, percebe-se que houve uma produção em massa de monumentos públicos, porque até pouco tempo quase nada disso existia. Tudo foi erigido no sentido de reforçar (ou forjar) uma tradição.

Essa tradição construída contribui para a formação da “memória nacional”, de que fala Pollak (1989), a qual aponta para a criação do sentimento de pertenc a a uma nação e se constitui na forma mais completa de uma memória coletiva. Isso significa que os laços dessa “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 2006) são reforçados porque esses objetos simbólicos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade, o que, de modo geral, é muito positivo na visão dos acreanos.

Reportando-se ao que Bakhtin, em *Estética da Criação Verbal*, chama de “ativa posição responsiva” do falante, é importante observar que a resposta positiva da população às mudanças propostas à cidade e ao Estado estimula o governo a continuar construindo enunciados que conectam a vida moderna a uma tradição, uma vez que essas obras, além de propiciar certa modernização ao Estado, também o inscrevem no cenário nacional, na tentativa de reverter o processo de apagamento do Acre em relação ao Brasil; portanto, essas modificações, em sua maioria, são bem-vindas àquela sociedade.

Dessa forma, muitos acreanos reagem de forma positiva às mudanças, o que se manifesta, por exemplo, no apoio incondicional ao PT nas eleições, cujos candidatos vencem invariavelmente no primeiro turno no Acre. Com relação a esse retorno positivo da população, as palavras de Hobsbawm soam elucidativas, quando diz que “podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato” (2006, p. 271-272).

No entanto, para organizar esse painel, houve também a colaboração da Academia que, dentre outras influências, escreveu a história social e busca criar uma tradição literária acreana. Além disso, ainda havia as demandas sociais, que cobravam uma espécie de “resgate” de uma tradição que existia – e existe – na memória coletiva, mas que, provavelmente, ninguém a vivenciou do mesmo modo como foi cristalizada: unilateralmente, pelo discurso histórico oficial.

Nesse ponto, é válido citar Hobsbawm (2006, p. 315), quando apresenta o caráter *dialógico* da invenção de tradições e problematiza sua função social:

As “tradições inventadas” têm funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não as pudessem adquirir. Porém até que ponto elas são manipuláveis? É evidente a intenção de usá-las, aliás, frequentemente, de inventá-las para a manipulação?

Percebe-se que há um jogo de interesses entre quem trabalha no processo de invenção e quem a assimila como costume, o que a torna, inúmeras vezes, fugidia, já que nem sempre esse é um processo de imposição, evidentemente intencional, mas transita também na perspectiva da negociação.

3 DA ENUNCIÇÃO DOS (CONTRA)DISCURSOS

Segundo Bakhtin (2003), os mais diversos campos da atividade humana estão ligados à linguagem e produzem discursos que constroem, sedimentam e reproduzem uma dada realidade, a qual é facilmente tomada como verdade. Para esse teórico, os sujeitos produzem enunciados concretos e únicos, os quais refletem seus objetivos a partir do conteúdo temático tratado, da escolha de palavras e da construção textual elaborada.

É importante frisar que um enunciado discursivo posto em constante repetição e em circulação social por diversos mecanismos pode tornar-se coletivo, no sentido de que haverá um conjunto de ideias comum a um grupo. No entanto, ainda conforme Bakhtin (2003), cada sujeito construirá seu enunciado individual, com base, por exemplo, em um estilo próprio, porém com caracteres comuns no cerne da tese comungada pela coletividade.

No Acre, o Partido dos Trabalhadores tem conseguido manter um monopólio político por já quase duas décadas. Esse domínio do poderio político se deve, dentre outros fatores, a uma construção discursiva de supervalorização da face positiva dos eleitores⁷, de que o acreano, descendente de “bravos heróis” (e em nome deles), deve ovacionar aqueles que até hoje lutam a favor de um reino da “florestania”.

Segundo Pinheiro (2009), o termo “florestania” possui uma carga política, cultural e ideológica, foi consagrado pelos petistas e é um neologismo, em que se misturam os conceitos de *floresta* e *cidadania*. É interessante, ainda, a forma como o jornalista (2009, p. 4) avalia a construção de uma identidade social a partir de uma tradição se não inventada, pelo menos aproveitada de outrem:

A própria história do Estado [...] serviu de inspiração aos novos governantes, na apropriação de elementos que exaltam os feitos dos nordestinos que lutaram na chamada Revolução Acreana. A bandeira e o hino estaduais foram usados desde a primeira campanha do Partido dos Trabalhadores como instrumentos de legitimação de uma força política que se dizia disposta a lutar pelos direitos do homem da floresta [...]. E o hino, composto durante a revolução, e cujo estribilho possibilita estabelecer uma relação entre a estrelada bandeira e o símbolo do partido (*Fulge um astro da nossa bandeira / Que foi tinto do sangue de heróis, / Adoremos na estrela altaneiral / O mais belo e melhor dos faróis*) sempre foi cantado nas manifestações públicas, causando arrepios nos presentes.

Portanto, todos os “discursos” políticos de candidatos eleitos daquele partido invocam invariavelmente um heroísmo pretérito (“o sangue dos heróis anônimos da

⁷Termo relativo à *teoria das faces*, de Brown, Levinson e Goffman, citados por Maingueneau na obra *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 37-40.

Revolução corre em nossas veias”, “o povo acreano é descendente de Chico Mendes”), um patriotismo exacerbado (“lutamos com armas na mão para sermos brasileiros”) e um *futuro* de glorificação dos “povos da floresta” – que exclui o indígena real e inclui, por tabela, um inventado. O *presente* não há.

Diga-se que todos esses exemplos não estão sendo apresentados para se julgar o trabalho que os governos das duas últimas décadas vêm desenvolvendo no Acre, mas estão descritos para mostrar o poder que a linguagem tem – por meio de enunciados concretos – de reinventar a história de uma comunidade e influenciar o pensamento do cidadão comum que, por sua vez, passa a enxergar a si próprio de maneira diversa.

É uma força ideológica tão intensa, construída com a sagacidade do discurso, com a expansão de fronteiras radiofônicas e televisivas, com a inserção de material simbólico e com todo o poder que os enunciados têm de mudar o próprio curso da vida, que só quem realmente viveu sob a influência quase mágica da política instaurada no Acre, na virada do século XX para o XXI, é que pode compreender que o plano de construção discursiva do Acre estava disseminado em todas, absolutamente todas as ações governamentais.

Acerca dessa relação entre construção de enunciados e vida social, Bakhtin (2003, p. 268) afirma que “os enunciados e seus tipos (os gêneros discursivos) são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” e, em outro momento, diz que “a língua integra a vida por meio de enunciados concretos” (p. 265). Destarte, em várias situações percebe-se a voz do sujeito-governo atravessando o discurso enunciado do sujeito-acreano, fato que, na visão de Bakhtin (2003, p. 294), faz parte do percurso que o discurso faz para sobreviver e se sobressair:

[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras do *outro* (e não das palavras da língua) (grifos do autor).

Por outro lado, esse constructo social não é uma via de mão única, em que um sujeito enunciador (o Governo) elabora uma comunicação discursiva e, por meio de esquemas de processos aparentemente passivos de recepção, o outro (os acreanos) compreendem e assimilam os enunciados discursivos produzidos.

Para Bakhtin (2003, p. 271), em relação ao objetivo real da comunicação discursiva, pensar dessa forma o processo é “ficção científica”, já que um esquema tão simplório não dá conta de explicar um processo tão complexo.

Nesse contexto, Bakhtin introduz o conceito de “ativa posição responsiva” do falante (2003, p. 271) para explicar que este se posiciona, no processo de compreensão do significado do discurso, quando se prepara para dar uma resposta (p. 272). Nesse sentido, o enunciador constrói um jogo porque espera de seu interlocutor essa posição ativamente responsiva (uma participação, uma concordância, uma objeção). A partir da resposta que o sujeito da enunciação obtém, saberá se sua investida discursiva foi eficaz ou não, isto é, se cumpriu ou não o seu objetivo naquela situação e época, naquele lugar.

A resposta do acreano para essa conformação discursiva pode ser observada na prática: o apoio quase irrestrito ao Partido dos Trabalhadores⁸. A título de esclarecimento, entenda-se que o acreano se considera muito patriota, tanto que já virou jargão o “Somos brasileiros por opção”, uma vez que faz parte de sua identidade cultural ter profundo orgulho de ser brasileiro, posto que lutou para isso – e são esquecidas as intenções políticas e financeiras que o Império (e depois a República) tinha ao buscar a anexação do território do Acre ao Brasil⁹. Na memória coletiva, esse fato está aquém do sentimento de patriotismo, desabrido e revelado, que se aprendeu a ter, a guardar com devoção.

Além disso, a distância geográfica desse Estado, em relação às metrópoles brasileiras, afasta-o do cenário nacional, bem como o fato de ele ainda ser desconhecido de muitos brasileiros – que fomentam histórias mirabolantes sobre o lugar, questionando, inclusive, a sua existência – faz com que o discurso da supremacia que um dia teve no passado venha à baila. Precisa-se da força da tradição e, nesse ponto, a construção historiográfica pode colaborar, como forma de autorreconhecimento e sobrevivência: uma das provas mais contundentes que se

⁸ Desde 1999, o Acre é administrado por sucessivos governos petistas: Jorge Viana (1999-2006), Binho Marques (2007-2010), Tião Viana (2011-Atual). Com exceção apenas da última eleição, em 2014, todas as outras foram vencidas em 1º turno, com votação expressiva. Além disso, a capital Rio Branco passa por processo análogo. Em 2016, por exemplo, foi a única capital brasileira em que o PT ganhou as eleições para prefeito em 1º turno.

⁹ Acerca desse assunto, consultar COSTA, J. Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do Território do Acre. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973 e TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

pode citar é o enunciado coletivo de que “a História do Acre é uma das mais belas do Brasil, senão a mais bonita”.

Nesse ponto, retoma-se novamente Bakhtin (2003, p. 272), o qual diz que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, portanto, nem mesmo a construção discursiva do atual governo, que desenvolve o mesmo viés político há tempos no Acre, é totalmente original, visto que, conforme Bakhtin (2003, p. 272), sempre há enunciados precedentes nos quais o dele se baseia, formando um discurso (ou vários) que é/são acatado(s) pela coletividade, por meio do que parece ser um acordo social tácito, impresso na memória cultural das pessoas e reproduzido por elas, em seus enunciados individuais, numa cadeia contínua e circular.

Nesse sentido, vale destacar o que afirma Hobsbawm (2006, p. 10) sobre a existência de certa continuidade e fixação de arquétipos. Segundo ele, o que torna a invenção da tradição tão interessante “é o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social”.

Note-se, a título de exemplificação, que muito comumente há interdiscursividade promovida pela intertextualidade entre os enunciados produzidos pelo partido atualmente na situação (o PT) e o enunciado do hino acreano, com citações diretas, inclusive.

Não por mera coincidência, esse hino – de composição do músico cearense Mozart Donizetti Gondim e letra do médico-poeta baiano Francisco Cavalcanti Mangabeira (conforme enunciado da Lei 1.175/95) – refere-se à exaltação do passado de glórias do acreano: “Invencíveis e grandes na guerra,/ Imitemos o exemplo sem par”. Nele há também uma conclamação para que os acreanos sejam sempre iguais aos seus antepassados, cheios de orgulho e destemor: “Mas se audaz estrangeiro algum dia/ Nossos brios de novo ofender,/ Lutaremos com a mesma energia/ Sem recuar, sem cair, sem tremer”.

Um dos mais recentes fatos que ilustram a discussão aqui proposta acerca da supremacia de uma tradição, por mais inventada que ela seja, é a questão polêmica e de repercussão nacional sobre a mudança do gentílico “acreano” para “acriano”. A proposição está no texto do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990, p. 9), cujo debate veio à tona devido à obrigatoriedade da inserção das novas regras a

partir de 31 de dezembro de 2012, conforme decreto assinado pelo ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, em 2008, data prorrogada pela ex-presidente Dilma Rouseff, que adiou o vigor definitivo para 1º de janeiro de 2016:

Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duriense, flaviense, etc.): açoriano, **acriano (de Acre)**, camoniano [...] (grifo nosso).

Inúmeras pessoas se mobilizaram para que a forma do adjetivo pátrio consagrada pela tradição e pelo uso (acreano) continue sendo registrada nos mais importantes dicionários. Dentre os envolvidos estão políticos e intelectuais locais, contando com o engajamento da Universidade Federal do Acre e da Academia Acreana de Letras na causa.

Diversos *blogs*, *sites* de informação, artigos jornalísticos e noticiários televisivos apresentam e discutem a questão; há opiniões inflamadas e depoimentos espalhados pela rede mundial de computadores. Em todos, a ideia da força da tradição e o apelo ao valor ideológico que o termo carrega são argumentos preponderantes. A ojeriza à mudança perpassa os próprios títulos dos artigos publicados sobre a notícia: “‘Acrianos’ invocam até a Bíblia para permanecer ‘acreanos’”, “Estado se revolta com a mudança de ‘acreano’ para acriano”, “Acreanos reagem ao ‘acriano’”¹⁰.

Todo o contexto apresentado no decorrer deste artigo foi usado para explicar o lugar de fala das pessoas que rejeitam a mudança e, principalmente, por que não só essa, como também outras mudanças, que pressupõem quebra da tradição constituída, não são bem-vindas. O “povo do Acre” não quer ser “acriano”, pois ser “acreano” tem uma carga semântica e ideológica muito poderosa, isto é, há um discurso que subjaz: é uma forma de, por meio da grafia antiga, histórica, recuperar mais um dos símbolos que o torna heroicizado, “altaneiro”, como a estrela no cimo de sua bandeira; é uma maneira de manter viva a memória do passado; é um dos símbolos do desbravamento do território e da época áurea da borracha que se inscreve no próprio sujeito, já que ele se autodenomina assim: *acreano*, da mesma

¹⁰ Publicados originalmente nos sítios: <<http://www.kaxi.com.br/artigos.php?id=530>>; <<http://www.verdegrigos.org/wordpress/?p=517>> e <<http://altino.blogspot.com.br/2009/03/acreanos-reagem-ao-acriano.html>>, respectivamente, e acessados em agosto de 2012.

forma que seus antepassados, os quais são *tradicionalmente* considerados como heróis gloriosos. Acreano de coração, “acreano do pé rachado” e brasileiro por escolha e merecimento: esse pensar é uma construção histórica, ideológica e, por conseguinte, discursiva.

Hobsbawm (2006, p.10) afirma que “o objetivo das tradições é a invariabilidade”. Nesse sentido, elas têm cumprido bem o seu papel na Amazônia sul-ocidental, uma vez que, para o acreano, tornar-se “acriano” é esvaziar o sujeito de sua história, é muito mais que fazer valer uma regra da gramática normativa ou de convenções ortográficas. Isso corresponde a obrigá-lo a modernizar-se, a abandonar um passado no qual construiu uma memória cultural oficial; é despojá-lo de uma tradição inventada que aprendeu a tomar por única verdade.

Por fim, ser “acreano” possui uma carga discursiva tão intensa que funciona até como marca distintiva da luta contra a degradação ambiental e a favor dos “povos da floresta” – para citar mais uma invenção do governo. É algo que atravessa o próprio corpo. Da intrincada teia discursiva é difícil escapar, por isso, nesse texto, todas as vezes que foi possível, a palavra *acreano* foi grafada com “e”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acre existe? Existe. Existe porque ele foi inventado e se reinventa nas práticas sociais discursivas, a cada novo enunciado que constitui a teia desse processo. Os meandros dessa invenção, bem como suas consequências, é que foram discutidos nessa análise.

O percurso teórico trilhado para a discussão do tema proposto associa tradição, memória e discurso, em autores que falam de outros lugares e de outros tempos, que não o das Amazônias na contemporaneidade. Todavia, sua escrita dialoga com os fenômenos socioculturais vivenciados na atualidade por sujeitos amazônidas, o que possibilitou a análise reflexiva acerca de como a materialidade discursiva tem o poder de fundar uma nação e sua tradição.

A leitura de Hobsbawm (2006) acerca da invenção de tradições, associada à de Halbwachs (2006) e Pollak (1989), cujas escritas, complementares, versam sobre a constituição de memórias individuais, coletivas e históricas, assim como a visão bakhtiniana, questionadora das relações entre os sujeitos em comunicação e a

organização dos enunciados discursivos nas práticas sociais, fundamentam as ideias e exemplificações apresentadas sobre a construção da nação acreana e a invenção de uma tradição da Amazônia sul-ocidental tramada por meio dos enunciados da historiografia, dos sucessivos governos petistas da política estatal e dos conflitos derivados de seus silêncios.

O debate suscitado a partir da questão da decadência da forma “acreano” e da ascensão do gentílico “acriano”, por ocasião das mudanças nas regras ortográficas da língua portuguesa, foi um dos motes para a confecção desse artigo. Tema aparentemente banal, passa despercebido por alguns, no entanto, para compreender esse contexto, para discuti-lo, é preciso fazer uma travessia pelas tradições – inventadas ou não – e chegar à mundividência do homem comum – duas pontas distantes de um tecido bem trabalhado, produzido por meio dos discursos do poder político, acadêmico, e ressignificados pelos sujeitos históricos que fazem parte da imensa (e intensa) teia discursiva de produção de enunciados dialógicos: o *acreano*.

Com isso, a pretensão não foi esgotar o assunto, nem julgar os sujeitos pela forma de atuação política, menos ainda apoiar a mudança ou a continuidade, mas sim mostrar o quanto há de ideológico nos enunciados produzidos e de que maneira isso se inscreve na sociedade da qual o sujeito faz parte e se revela em sutis ações cotidianas ou em textos orais ou escritos que veicula, e mais: como se realiza em algo tão abstrato, como na forma de pensar.

INVENTION DISCOURSE TRADITIONS FROM SOUTHERN AMAZON

Abstract:

This article addresses the issue of tradition constructions through discourse, which contributes to identity formation on historical subjects. Our goal is to problematize the invention of traditions in the State of Acre, relating and confronting the elaborated versions by historiography and the statements produced by political agents in the State. In the analyses of this theme, Hobsbawm (2006) is mentioned for addressing the issue of traditions invention. Halbwachs (2006) and Pollak (1989) are mentioned for the collective and social memories, as well as the communities' creation and traditions derived from this category. Bakhtin (2003) is mentioned for the discursive statements construction and Ranzi (2008) for the social roots in the construction of Acre. Finally, concrete examples are placed to explain the processes that influence the construction of a mass-discourse about one of many Amazons that exists: the "acreana".

Keywords: Tradition. Discourse. Invention. Amazon. Acre.

(CONTRADICCIONES) TRADICIONES DEL DISCURSO DE CREACIÓN DE LA AMAZONÍA SUROCCIDENTAL

Resumen:

Este artículo trata sobre la construcción de tradiciones a través del discurso, las cuales contribuyen para la formación de la identidad de los sujetos históricos. Nuestra intención es construir la invención de tradiciones en el Estado de Acre, relacionando y confrontando las versiones elaboradas por la historiografía y los enunciados elaborados por los agentes políticos del Estado. En el análisis de ese tema, Hobsbawn (2006) es citado por abordar la invención de las tradiciones; Halbwachs (2006) y Pollak (1989), las memorias colectivas y sociales, así como la formación de comunidades y tradiciones derivadas de esa categoría; Bakhtin (2003), la construcción de enunciados discursivos y Ranzi (2008), las raíces sociales de la formación de Acre. Por fin, se indican ejemplos concretos para explicar los procesos que influyen en la constitución de un discurso intensificado sobre una de las muchas Amazonías que existen: la de Acre.

Palabras clave: Tradición. Discurso. Invención. Amazonía. Acre.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 1.175, de 22 de dezembro de 1995. Regulamenta e dispõe sobre a forma e apresentação do Hino do Estado do Acre, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Acre**. Rio Branco. 26 dez. 1995.

ALMEIDA NETO, D. J.de. **Aos trancos e barrancos**: identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC (1970-1980). Rio Branco: EDUFAC, 2004. (Série Dissertações e Teses – 1).

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.583, de 29 de Setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 set. 2008.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos em Comunicação**. Trad. Cecília de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, F. A Invenção da Florestania. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste**. Rio de Janeiro, maio 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0264-1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RANZI, C. **Raízes do Acre**. 3 ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

Artigo:

Recebido em 08 de Junho de 2016.

Aceito em 11 de Novembro de 2016.